

O que é a Rede Eurydice

A Rede Eurydice tem como objetivo analisar e explicar a organização e o funcionamento dos diferentes sistemas educativos europeus. A Rede apresenta descrições dos sistemas educativos nacionais, estudos comparativos sobre temas específicos, indicadores e dados estatísticos. Através da sua atuação, a Rede Eurydice pretende promover a compreensão, a cooperação, a confiança e a mobilidade aos níveis europeu e internacional. A Rede é constituída por unidades nacionais localizadas em países europeus e é coordenada pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura da União Europeia. Todas as publicações da Rede Eurydice são disponibilizadas de forma gratuita no sítio oficial da Rede. Para mais informações sobre a Rede Eurydice, ver <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>

O estudo completo

Citizenship Education at School in Europe – 2017

está disponível em português e em inglês

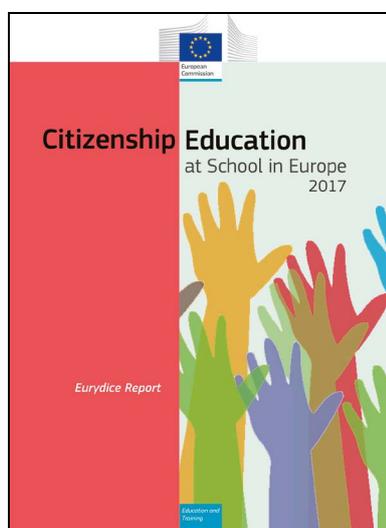
Exemplares impressos do relatório podem ser solicitados para o seguinte endereço eletrónico:
eurydice@dgeec.mec.pt

Contacto em Portugal:

eurydice@dgeec.mec.pt
213949314

Destaques Eurydice

Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa – 2017



Perante a ameaça crescente a valores fundamentais como a paz, a igualdade e os direitos humanos, tem-se verificado, nos últimos anos, uma maior ênfase na promoção da educação para a cidadania, sendo que são vários os países que estão a alterar as diretrizes oficiais para esta área de estudos. Mas o que é a educação para a cidadania? Como é ensinada? É uma disciplina autónoma por direito? Como são avaliados os alunos? Como são desenvolvidas competências de cidadania através de experiências práticas fora da sala de aula? Que tipo de formação e de apoio recebem os professores?

O relatório "Citizenship Education at School in Europe – 2017" (Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa – 2017) não só responde a estas questões, como também oferece uma perspetiva comparativa da forma como a educação para a cidadania é abordada por toda a Europa. Abrange os 28 Estados-Membros da UE e também a Bósnia-Herzegovina, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, Islândia, Listenstaine, Montenegro, Noruega, Sérvia, Suíça e Turquia.

O relatório baseia-se extensivamente em dados qualitativos, recorrendo às regulações e recomendações existentes a respeito da educação para a cidadania nas escolas do setor público e inclui não só o ensino geral como também programas de ensino e formação profissional inicial de base escolar. Centra-se em quatro áreas diferentes, a saber: currículo; ensino, aprendizagem e participação ativa; avaliação dos alunos e avaliação das escolas; formação e desenvolvimento profissional dos professores e tipos de apoio disponíveis. Cada capítulo é suplementado por um estudo de caso que se foca num país em concreto.

Este "Destaque Eurydice" oferece um instantâneo de algumas das principais conclusões do relatório.

A educação para a cidadania ultrapassa a aquisição de conhecimentos políticos, visando o desenvolvimento das competências democráticas, sociais, mas também pessoais e interpessoais

Contrariamente à visão antiquada de educação para a cidadania, que circunscrevia o seu papel à transmissão de conhecimentos sobre instituições e processos políticos, a moderna educação para a cidadania na Europa é mais ambiciosa e multidimensional. Ao utilizar sobretudo objetivos específicos para estabelecer metas curriculares, as autoridades educativas aspiram a promover o desenvolvimento de competências relacionadas com a interação eficaz e construtiva (incluindo o desenvolvimento pessoal), o pensamento crítico e uma atuação socialmente responsável e democrática.

Os alunos aprendem diferentes competências em níveis distintos. No ensino primário, a ênfase incide sobre o incentivo ao desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento de competências interpessoais. No

ensino secundário, considera-se que interagir de maneira eficaz e construtiva com os outros dá lugar a uma atuação socialmente responsável. Aprender a agir democraticamente é ensinado sobretudo no nível secundário superior, enquanto as competências associadas ao pensamento crítico recebem relativamente mais atenção no nível secundário inferior.

As competências mais específicas conhecem variações entre os países; é curioso observar que são poucos os países que enfatizam a adaptabilidade dos alunos a novas circunstâncias, e raros são os que incentivam a interação com as autoridades políticas

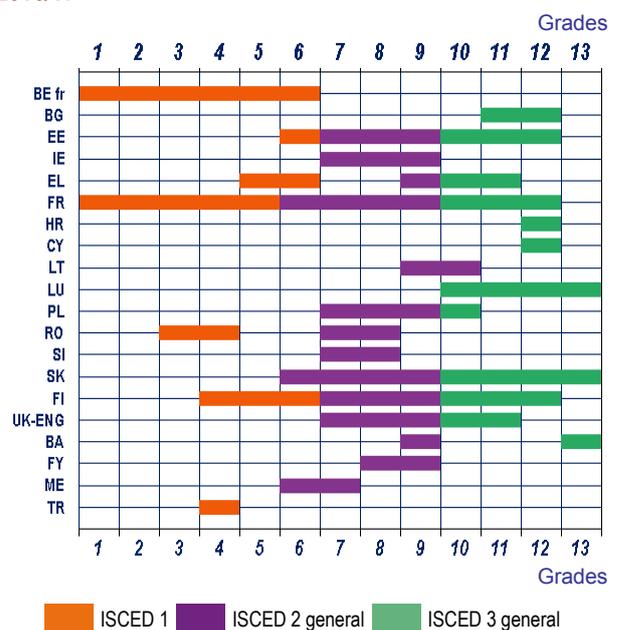
Os alunos têm educação para a cidadania nos níveis de ensino primário e secundário em quase todos os países

Um dos desafios que se colocam a áreas de aprendizagem transversais, como o empreendedorismo, a criatividade ou a cidadania, é o reforço do seu estatuto em comparação com as tradicionais disciplinas escolares. Mesmo que a educação para a cidadania seja amplamente promovida e a sua oferta seja obrigatória em todos os níveis do ensino geral em praticamente todos os países europeus, embora não necessariamente em todos os anos de escolaridade, o seu estatuto e posição nos currículos varia entre os países. Consoante os currículos nacionais, este tópico pode ser ensinado aos alunos numa das três formas principais (por vezes combinadas): como disciplina autónoma; tópico integrado em disciplinas ou áreas de aprendizagem mais vastas, como sejam as ciências sociais ou os estudos linguísticos; ou constituir um objetivo transversal ao currículo transmitido por todos os professores. A maioria dos sistemas educativos aplica as duas últimas abordagens e mais de 30 entre os 42 sistemas educativos analisados utilizam uma destas abordagens em todos os níveis do ensino geral. Em contraste, só 20 sistemas educativos oferecem este tópico como disciplina autónoma e obrigatória no ensino geral, com diferenças substanciais entre os sistemas quanto à duração da oferta.

O número de anos escolares em que é ministrada a disciplina autónoma e obrigatória varia entre 1 a 12 anos. Treze sistemas educativos oferecem a disciplina autónoma e obrigatória apenas no nível secundário.

Em contraste, a França, a Estónia e a Finlândia (com alguma flexibilidade nesta matéria no ensino secundário) assumem esta oferta de forma contínua ao longo de todo o ensino geral, começando no nível primário. Além disso, a Grécia e Roménia também ministram o ensino da disciplina autónoma e obrigatória distribuída entre os níveis primário e secundário, mas não enquanto oferta contínua.

Compulsory separate subjects in citizenship education, 2016/17



Fonte: Eurydice.

Em comparação com o ensino geral, a educação para a cidadania recebe menos atenção no ensino e formação profissional inicial (EFPI) de base escolar

Relativamente à educação para a cidadania, as diferenças entre os dois percursos são evidenciadas nos currículos nacionais, no material de orientação para professores e na participação na governança escolar. Num terço dos sistemas educativos denota-se uma menor ênfase na educação para a cidadania nos currículos nacionais para o EFPI de base escolar. As diferenças entre o ensino geral e o EFPI implicam, por exemplo, que os alunos deste último percurso educativo tenham um menor número de disciplinas que integram componentes de educação para a cidadania, ou que disciplinas autónomas de educação para a cidadania não façam parte das suas opções. Além disso, apenas metade dos sistemas educativos oferecem materiais de orientação para apoiar os professores na implementação de

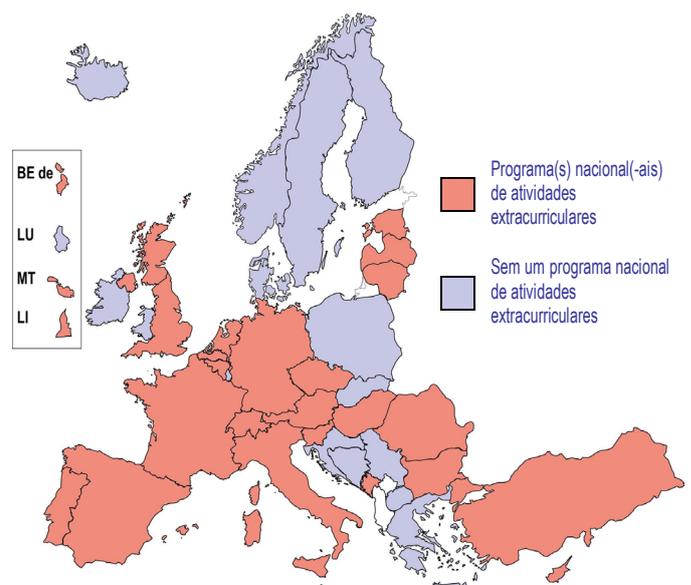
conteúdos de educação para a cidadania no EFPI de base escolar, enquanto no ensino geral, cerca de dois terços dos países oferecem este tipo de apoio. Por último, nos percursos de EFPI os alunos e os pais não têm as mesmas oportunidades em termos de experiências práticas de participação democrática na governança escolar que têm nas escolas secundárias gerais. No ensino geral, as recomendações para os níveis secundário inferior e superior sobre associações de estudantes e sobre a representação parental nos órgãos de administração da escola são quase universais. Em contraste, no EFPI de base escolar, o número de sistemas educativos a produzir recomendações sobre estes dois meios de participação desce para 30 no caso dos alunos e dos pais.

A maioria dos países oferece oportunidades de aprendizagem para além da sala de aula

Fora da sala de aula, as atividades extracurriculares desempenham um papel importante no desenvolvimento das competências de cidadania. Estas atividades permitem aos aprendentes participar em atividades escolhidas por eles, explorar diferentes temas e aprender em contextos externos, como o desporto, a democracia e a vida política, o voluntariado, atividades ambientais, redes internacionais ou arte e cultura. Na Europa, 29 países oferecem recomendações a nível superior sobre a oferta extracurricular que apoia a educação para a cidadania, mais frequentemente nos níveis secundário inferior e superior. Habitualmente, os países recomendam atividades ambientais, seguidas de perto por atividades que visam consciencializar para a vida política. Em contraste, o trabalho voluntário foi o mais comum, particularmente nos níveis primário e secundário inferior. A maioria dos países (27) também apoia diretamente programas nacionais de atividades extracurriculares ligados à educação para a cidadania, com diferentes abordagens tais como fóruns de discussão na Alemanha, atividades de capacitação juvenil como parte da oferta de Garantia Europeia da Juventude na Estónia ou um Serviço Nacional ao Cidadão no Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte).

As atividades de educação para a cidadania externas à sala de aula são amplamente reconhecidas por terem um elevado impacto nos aprendentes, e são importantes para garantir o acesso dos aprendentes a um leque de oportunidades a todos os níveis.

Programas nacionais que apoiam atividades extracurriculares, 2016/17



Fonte: Eurydice.

Metade dos países organiza avaliações normalizadas no decurso do ensino geral

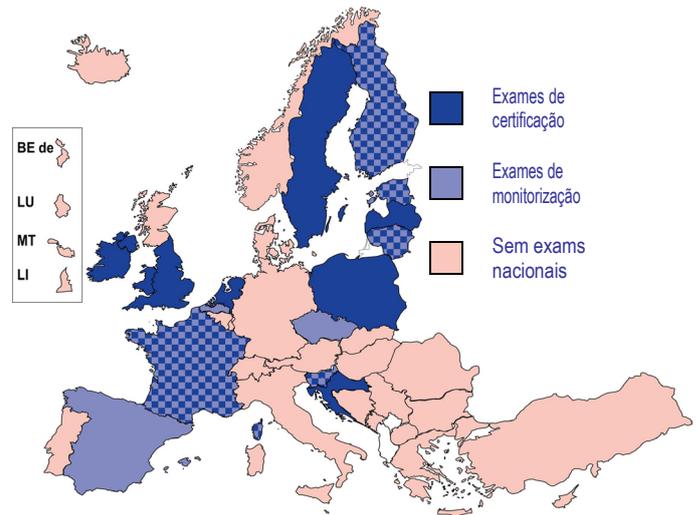
As pesquisas salientam que a avaliação dos alunos representa um exercício particularmente desafiante na área da educação para a cidadania. Os professores que lidam com este tópico beneficiam de diversos tipos de apoio.

São 26 os sistemas educativos com orientações nacionais sobre a avaliação em sala de aula. Estas orientações promovem métodos tradicionais de avaliação, como sejam as questões de escolha múltipla, e métodos alternativos, como a avaliação baseada em projetos ou autoavaliação/avaliação de pares.

Dezassete sistemas educativos organizam alguma forma de exame nacional em disciplinas autónomas de educação para a cidadania ou em disciplinas que incorporam alguma forma de educação para a cidadania. Esta avaliação normalmente pretende contribuir para tomar decisões formais sobre o progresso dos alunos (14 sistemas educativos) em vez de avaliar o sistema educativo no seu conjunto e/ou escolas individuais com vista a melhorar o ensino e a aprendizagem (8 sistemas educativos). No entanto, os exames normalizados que incidem no

tópico da educação para a cidadania são, em alguma etapa, obrigatórios para todos os estudantes apenas em França, Irlanda (até 2016/17), Letónia, Polónia e Suécia; nos outros países, é opcional.

Exames nacionais em educação para a cidadania aplicados durante o ensino geral, 2016/17



Fonte: Eurydice.

Apesar de algum progresso relativamente à educação e formação dos professores e líderes escolares na área da educação para a cidadania, persistem por toda a Europa significativas lacunas a nível das políticas

Na Europa, cinco sistemas educativos – Bélgica (Comunidade francófona), Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido (Inglaterra) – oferecem aos futuros professores a possibilidade de se especializarem em educação para a cidadania na sua formação inicial. A partir do outono de 2017, a Dinamarca fará parte deste grupo. Noutros sete países – República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Áustria, Polónia e Eslováquia – os futuros professores tornam-se semiespecializados, ou seja, especializam-se em formação cívica ou educação para a cidadania, para além de uma ou duas outras disciplinas.

Além disso, nove sistemas educativos – Comunidade germanófona da Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Espanha, França, Hungria, Países Baixos, Reino Unido (País de Gales) e Noruega – definiram um conjunto de competências relacionadas com a educação para a cidadania a serem adquiridas pelos futuros professores do ensino primário e/ou secundário. E dez outros sistemas educativos promovem competências pedagógicas gerais que,

não sendo específicas, são relevantes para o ensino da educação para a cidadania.

Todavia, 17 sistemas educativos continuam a não dispor de regulamentações ou recomendações para o desenvolvimento das competências dos futuros professores em matéria de educação para a cidadania no contexto da formação inicial de professores – por conseguinte, fica ao critério das instituições de ensino superior decidir como deve ser efetuada esta formação.

Relativamente ao desenvolvimento profissional contínuo (DPC) na área de educação para a cidadania, em 27 sistemas educativos europeus, as autoridades de nível superior organizam ou apoiam este tipo de atividades para os professores. Por outro lado, em 14 países europeus – Bulgária, Estónia, Irlanda, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Áustria, Polónia e Eslovénia – as autoridades de nível superior organizam ou apoiam atividades de DPC nesta área visando exclusivamente os diretores das escolas.

O estudo completo está disponível em [português](#) e em [inglês](#) :